

ASSEMBLEIA DE FREGUESIA
UNIÃO DAS FREGUESIAS DE
SANTA CATARINA DA SERRA E CHAINÇA



ATA N° 2/2016

(da sessão ordinária de 29 de junho de 2016)



ATA N.º 02/2016

Aos vinte e nove dias do mês de junho do ano de dois mil e dezasseis, no edifício da União das Freguesias, em Santa Catarina da Serra, reuniu, em sessão ordinária, a Assembleia de Freguesia da União das Freguesias de Santa Catarina da Serra e Chainça.

Estiveram presentes os membros da Assembleia: David Pereira das Neves, Armando Primitivo Constantino, Ivone Inácio Oliveira, Jaquelina Neto das Neves, Joaquim Pinheiro Laíns de Oliveira, José Augusto Filipe da Costa Santos, Milene Rosa Ribeiro, Nuno Manuel dos Santos Pereira e Patrícia Alexandra Vieira Gonçalves.

Por parte da Junta de Freguesia estiveram presentes o Sr. Presidente da Junta, José Artur das Neves Ferreira, o Tesoureiro, Sérgio Rito Vieira e o Secretário, Manuel Fernando de Oliveira Gonçalves.

A sessão foi presidida pelo Senhor José Augusto Filipe da Costa Santos, Presidente da Assembleia de Freguesia, e secretariada pelas senhoras, Ivone Inácio Oliveira, 1.º Secretário da Mesa, e por Jaquelina Neto das Neves, 2.ª Secretária da Mesa.

Havendo "quórum", foi pelo Presidente da Assembleia de Freguesia declarada aberta a sessão, eram 21:30 horas, com a seguinte **Ordem do Dia**:

1. Aprovação da ata da sessão ordinária do dia 22 de abril de 2016.

2. Relatório do Presidente da Junta de Freguesia sobre a atividade e situação financeira da freguesia.

Apreciação nos termos da alínea e) do n.º 2 do artigo 9.º do Anexo I à Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro.

3. Proposta de revisão orçamental de 2016.

Aprovação nos termos da alínea a) do n.º 1 do artigo 9.º do Anexo I à Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro.

O **Presidente da Assembleia** iniciou a sessão cumprimentando os membros da assembleia, os membros do executivo e o público presente referindo, de seguida, que não foi pelo facto de a última assembleia ter sido realizada na Chainça que não havia público, realçando a falta de público na sala.

Continuou dizendo, que existia qualquer coisa que levava as pessoas a alhearem-se das assembleias, mas que ainda não tinha percebido o porquê, que cada um deveria tirar as suas ilações, também ele o iria fazer. Em seu entender, isso era a prova de que, se as pessoas se interessassem mais pelos assuntos da freguesia, nomeadamente pela assembleia de freguesia, apareciam. Da sua parte, iria continuar a fazer o trabalho que lhes estava destinado.

De seguida, informou da substituição do membro Armando Dias Brás, pelo membro David Pereira das Neves. Disse, ainda, que a ausência estava justificada.



PERÍODO DA ORDEM DO DIA

1. Aprovação da ata da sessão ordinária do dia 22 de abril de 2016.

O **Presidente da Assembleia de Freguesia** iniciou a ordem do dia colocando à apreciação da assembleia a ata da sessão ordinária de vinte e dois de abril de dois mil e dezasseis, para, de seguida, informar que já tinha em seu poder uma observação à ata, do membro Nuno Pereira, acerca de uma intervenção que havia efetuado sobre a ForEscolas. Informou que iria analisar a gravação e transcrever, caso se confirmasse, essa observação para a ata, perguntando, depois, se mais algum dos membros da assembleia de freguesia tinha alguma observação a fazer à ata que lhes tinha sido distribuída.

Usou da palavra o membro **Joaquim Pinheiro**, que começou por cumprimentar os presentes e, de seguida, referiu que na última assembleia teria perguntado se a união das freguesias estaria ou não representada na feira de maio e que não tinha obtido resposta por parte do executivo, à semelhança do que havia acontecido com muitas questões que ali eram colocadas, que “o problema é que não consta nem uma palavra na ata” e que se era verdade que não poderia ir para a ata a resposta porque não a haviam dado, já a questão apresentada deveria ser colocada na ata. Disse, ainda, que havia feito uma proposta concreta ao executivo da junta, onde teria dito “temos ai Fátima 2017 e que a União das Freguesias de Santa Catarina da Serra e Chainça não deve ficar fora de um evento de tamanha envergadura” “Vem cá Sua Santidade o Papa e Santa Catarina da Serra deve unir-se em torno deste evento enorme e que a nossa terra esteja à altura dessa dimensão”, também esta sua intervenção não é mencionada na ata. Referiu, ainda, que perante as questões e o enorme valor gasto nas contas, em contencioso, o Senhor Presidente da Junta de Freguesia falou do assunto e teria dito, “que havia processos na Chainça, que a junta foi envolvida, que veio cá o senhor juiz, que vieram cá os advogados e eu nem lá pus os pés” e não havia uma palavra na ata sobre esta intervenção e deveria haver. Sobre as associações disse, que o presidente teria dito, que às vezes as associações iam à junta para que esta pagasse o seguro e as inspeções e a junta não poderia dizer que não, “vêm com este paleio, com este latim e portanto nós não podemos fazer nada” foi dito pelo que deveria constar da ata. Quanto às contas e sobre uma intervenção que havia efetuado e que também não constava da ata, referiu ter dito que, com base nos documentos que lhe tinham sido entregues, não conseguia saber as dívidas da junta de freguesia no final do ano e que tinha dito também que, se este executivo hoje terminasse funções, quem o substituísse desconhecia por completo as dívidas da autarquia, que não quis por em causa A ou B, mas quis dizer que se hoje cessasse este executivo e pegasse outro não sabia quanto devia.

Não havendo mais pedidos de intervenção, o **Presidente da Assembleia** propôs adiar a votação da ata número um de dois mil e dezasseis, para a próxima sessão para analisar a gravação e as propostas efetuadas pelos membros Nuno Pereira e Joaquim Pinheiro.



2. Relatório do Presidente da Junta de Freguesia sobre a atividade e situação financeira da freguesia - *Apreciação nos termos da alínea e) do n.º 2 do artigo 9.º do Anexo I à Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro.*

Apesar do Presidente da Junta de Freguesia ter entregue o relatório à Assembleia de Freguesia, o Presidente da Assembleia de Freguesia passou-lhe a palavra, para que pudesse tecer algumas considerações adicionais sobre a atividade e situação financeira da União das Freguesias.

O **Presidente da Junta**, Sr. José Artur das Neves Ferreira, começou por cumprimentar os presentes, e justificou a sua intervenção para apresentar o que considerava mais importante, relativamente à atividade que a junta de freguesia havia desenvolvido desde a última assembleia de freguesia.

Assim, referiu que, no campo do **Associativismo, Cultura e Apoio à População**, comemoraram o dia europeu do vizinho e o dia mundial do Yoga; proporcionaram o rastreio de osteoporose; concluíram/encerraram a primeira turma do projeto sénior; disponibilizaram, de forma gratuita, o transporte a pessoas com mais de sessenta e oito anos, para tirarem a formação dos fitofarmacêuticos; atribuíram um apoio financeiro à Associação dos Amigos dos Bombeiros Voluntários da Secção Sul do Concelho de Leiria e proporcionaram o passeio sénior a quem desejou participar. Quanto à **Manutenção e Requalificação de Ruas e Espaços Públicos** realçou a limpeza de ruas e espaços públicos, acrescentando que a mesma não foi realizada como queriam porque este ano, como havia chovido muito, existiam muitas ervas e tinham, apenas, três colaboradores do IEFP, sendo a União das Freguesias muito grande e o trabalho da capinadeira surgiu, apenas, nos últimos quinze dias para ajudar na tarefa da limpeza das ruas e espaços públicos; procederam à beneficiação/alargamento do caminho florestal do Vale Tação à Lagoa do Cercal, assim como, de um caminho do Vale da Mó ao centro da Quinta da Sardinha – Travessa do Vale da Mó; colaboraram com materiais na execução de algumas obras em parceria com os proprietários das mesmas, tendo em conta a cedência de área para a via pública; executaram um passadiço no talhão nove do cemitério de Santa Catarina da Serra, para fazer face à erosão do solo provocada pela água da chuva numa zona que tinha uma grande inclinação, provocando um acumular de terras, desaterro de campos ou sujidade nestas na zona mais baixa; taparam buracos com massa fria; recolocaram a sinalização vertical que se encontrava em mau estado; colocaram a identificação "Junta de Freguesia" no edifício sede da União das Freguesias. Relativamente à **Educação, Escolas e Jardins de Infância** referiu que proporcionaram aos alunos do quarto ano da União das Freguesias a participação na Leiria – Capital Jovem da Segurança Rodoviária com o aluguer de um autocarro para o transporte; adquiriram brinquedos para os quatro jardins-de-infância da freguesia, nomeadamente bolas e jogos didáticos, embora a Junta de Freguesia não tivesse obrigação de os adquirir; mudaram a areia da caixa de areia do parque infantil da antiga EB1 da Loureira para proporcionar melhores condições às crianças do ATL de Verão; executaram obras de manutenção nas escolas do 1.º ciclo e jardins-de-infância, "à luz" do protocolo que tinham com a Câmara Municipal de Leiria; proporcionaram às crianças da Chainça a CAF (componente de apoio à família) e para finalizar informou que tinham participado nas reuniões do Conselho Geral do Agrupamento das Escolas da Caranguejeira-Santa Catarina da Serra.



Relativamente à situação financeira da Freguesia, disse que, à data de trinta e um de maio, as receitas totalizavam o valor de cento e quarenta e sete mil euros e as despesas totalizavam o valor de noventa e seis mil euros, valores arredondados, e que a tesouraria, à data de quinze de junho, tinha como soma de bancos o valor de cento e dezasseis mil euros, valor arredondado.

De seguida, o **Presidente da Assembleia** de Freguesia colocou à apreciação da assembleia o relatório apresentado, assim como eventuais pedidos de esclarecimento adicionais sobre o mesmo e outros assuntos de interesse para a União das Freguesias, que os membros da assembleia pretendessem formular à Junta de Freguesia.

Usou da palavra o membro **Nuno Pereira**, que começou por dizer que queria colocar três questões; referiu que era a primeira vez que era indicado no relatório a atribuição de um donativo e perguntou se o donativo atribuído à Associação dos Amigos dos Bombeiros Voluntários da Secção Sul do Concelho de Leiria foi para obras ou para atividades que a associação já realizou e qual o montante do donativo entregue; alertou, de seguida, para o estado das ruas que precisavam de limpeza urgente, acrescentando que o inverno havia sido rigoroso e as ervas haviam crescido, e que o estado em que se encontravam as ruas não prestigiava a freguesia; relativamente aos brinquedos para as escolas disse que, na última sessão, tinha falado no assunto, que em boa hora o Senhor Presidente de Junta de Freguesia havia acolhido o pedido, no entanto, enquanto membro da ForEscolas era triste ouvir o Senhor Presidente de Junta de Freguesia dizer que não era obrigado a fornecer brinquedos aos jardins-de-infância, que "se calhar não é", mas que via aquela afirmação com alguma pena, porque, no seu entender, gastava-se dinheiro em alcatrão e para as crianças era um mimo, que "a junta sabe que não foi grande valor" mas mesmo assim, que se tinha que agradecer e que também não cabia aos pais a aquisição desses brinquedos, que as escolas cada vez mais não tinham material didático, acabavam por ser os pais a ter que pagar tudo, que em boa hora a junta apoiou e bem, não devendo ver esse gesto como uma obrigação, pois devia fazer tudo pelo bem das crianças.

Usou, de seguida, a palavra o membro **Joaquim Pinheiro** para falar no estado calamitoso em que, no seu entender, se encontram a generalidade das ruas da União das Freguesias, que a rua onde morava tinha sido limpa no dia anterior à assembleia e que seguramente tinha sido mera coincidência, que tinha dado uma volta pelas ruas da freguesia, referindo as do Casal da Fonte da Pedra e as da Loureira, que tinha ido a alguns espaços públicos, nomeadamente o baldio do Ulmeiro e outro espaço na zona do Cercal, a seguir à tasca do David, do lado esquerdo e que não se podia lá entrar com erva da altura de uma pessoa e que quando o Senhor Presidente da Junta de Freguesia ali dizia "é como se pode", ele diz que não era como se podia; se este ano choveu mais que o ano passado a solução devia ser "à altura" do problema e que não se podia dizer "faz-se o que se pode". Que ficou escandalizado e chocado com o estado em que se encontra o loteamento da Fazarga, local da responsabilidade da Junta de Freguesia e que a única coisa que viu o executivo trazer, até hoje, sobre o mesmo foi propor saldar o valor dos lotes. Convidou o executivo a ir ao loteamento da Fazarga verificar o estado em que se encontravam as caldeiras, com silvas por todo o lado da altura de um homem, que a Junta de Freguesia devia envolver os outros titulares de lotes e resolver o problema daquele cartão-de-visita. Reafirmou que o loteamento da Fazarga o tinha chocado. Continuou,



dizendo, ter visto que tinha sido colocado alcatrão à volta da casa dos cantoneiros e questionou se o problema da casa dos cantoneiros estava resolvido, se já se sabia qual o perímetro do terreno que era do estado e qual aquele que era público e que esperava que não tivesse sido colocado alcatrão em espaço que não fosse da responsabilidade da Junta de Freguesia, para, de seguida, perguntar se o processo que havia em curso no sentido de trazer para a posse de Santa Catarina da Serra aquele imóvel andou, ou se a única coisa que fizeram foi gastar dinheiro naquilo que julgava não saber bem se era da junta; perguntou, depois, porque disse não ter visto no relatório do Presidente da Junta de Freguesia, se a estrada que liga o Vale Tacão ao Sobral estava em planeamento para ser alcatroada ou não; deixou nota que a assembleia tinha três pontos, que o ponto que ia ser discutido a seguir poderia ter sido discutido na assembleia anterior desde que fosse depois das contas, o que significaria que a assembleia teria dois pontos, sendo um deles ler a ata anterior, em seu entender, considerava ser também um pouco por isto que a população se afastava, que as pessoas lhe dizem "o que é que vamos lá fazer" continuou dizendo "até nós, se formos a ver, o que estamos aqui a fazer, ler e constatar o que se passou na reunião anterior, e portanto ouvir ler o relatório e irmos todos para casa", não existia nada de novo para além dos pontos que a lei obrigava, isso não trazia nem envolvia gente; para finalizar perguntou "com tanta carência, com tanta coisa por fazer, o que é que fazem cento e dezassete mil euros no banco".

De seguida, o **Presidente da Assembleia** perguntou se mais alguém queria intervir, não havendo pedidos de intervenção, passou a palavra ao executivo para responder às questões apresentadas.

Usou da palavra o **Presidente da Junta** de Freguesia, Sr. José Artur das Neves Ferreira, para, relativamente ao donativo atribuído aos bombeiros dizer, que teve como objetivo apoiar as atividades da instituição, nomeadamente no apoio à organização de um torneio de futebol para angariar verbas para a associação; sobre a estrada que liga o Vale Tacão ao Sobral, disse que ia ser pavimentada este ano, de acordo com o definido no plano das pavimentações da Câmara Municipal de Leiria para a União das Freguesias; em relação à casa dos cantoneiros disse que realmente existia um impasse e que ninguém sabia se era do Estado, das Estradas de Portugal ou de quem é que era, que já se tinha deslocado a esta última e que eles próprios não sabiam qual o paradeiro da parcela e que, mesmo assim, a Junta de Freguesia preferiu incluir aquele espaço na pavimentação da câmara municipal porque era um local de passagem de muitos peregrinos e também porque os moradores vizinhos se queixavam do pó que o vento levantava, por isso arranjaram aquele espaço mesmo sem saber se era ou não da gestão da Junta de Freguesia; quanto às ervas começou por dizer que realmente não era fácil, que tinha falado com indivíduos desempregados para virem fazer esse trabalho, mas que não se tinham mostrado interessados e que não era fácil encontrar pessoas que quisessem preencher esses lugares; quanto aos brinquedos, referiu que o que queria dizer não era que não eram obrigados mas que não fazia parte do protocolo de delegação de competências da Câmara Municipal de Leiria com a Junta de Freguesia, que os adquiririam com fundos da Autarquia sem estar à espera de receber da câmara municipal, que provavelmente teriam que andar muitos anos para trás para encontrar uma situação idêntica. Os pais tinham vindo dizer que não havia possibilidade de ter brinquedos na escola e a Junta de Freguesia quis brindar os jardins-de-infância com alguns brinquedos.



De seguida, usou da palavra o senhor Manuel Gonçalves, **Secretário da Junta** de Freguesia para dizer que, relativamente à limpeza das ruas da União das Freguesias, todos tinham razão, estavam lastimáveis, que este ano tinha sido um ano extraordinário de nascimento de ervas, que já se tinham cortado algumas mas já estavam novamente a precisar de ser cortadas, que estavam no mês ideal para começar as ceifas, que já começaram e que durante o mês de julho iriam fazer tudo o que fosse possível por toda a União das Freguesias. Que a assembleia tinha o seu compromisso pois andava a acompanhar essa atividade, que não tinham feito todas as localidades de seguida, pois deram prioridade às ruas principais, devido a serem mais transitáveis e que, numa segunda fase, faziam as restantes ruas. Disse, ainda, que este ano tinham tido um problema acrescido relacionado com a nova legislação que entrou em vigor sobre os fitofarmacêuticos; relativamente ao loteamento da Fazarga, disse que tinham razão, que estava numa situação lastimável e que da sua parte assumia o compromisso que, até final de setembro, iriam dar uma limpeza, pelo menos, nos lotes da União das Freguesias e que iriam tentar envolver os proprietários dos restantes lotes no sentido de fazerem a limpeza que lhes competia.

De seguida, usou da palavra o **Tesoureiro da Junta**, Senhor Sérgio Vieira, para esclarecer que o evento para o qual a Junta de Freguesia tinha atribuído um donativo, à Associação dos Amigos dos Bombeiros Voluntários da Secção Sul do Concelho de Leiria, era um torneio de futsal a organizar em parceria com a Associação da Chainça e que o mesmo havia sido no valor de quinhentos euros.

O **Presidente da Assembleia** de Freguesia, antes de passar a palavra ao membro Joaquim Pinheiro, quis responder à observação que tinha feito sobre a ordem dos trabalhos, para dizer que a mesa cingia-se a verter para a ordem dos trabalhos aquilo que a legislação obrigava, que eram essas as suas competências e que não as podia ultrapassar, que da sua parte limitava-se a cumprir aquilo que a legislação dizia, que mesmo que não tivessem nenhum ponto da ordem do dia a sessão seria marcada na mesma e que não era pelo facto de ter mais ou menos pontos que ela deixava de ser feita, e que os conteúdos que fugissem da sua competência teriam que ser propostos por iniciativa da Junta de Freguesia.

De seguida, usou da palavra o membro **Joaquim Pinheiro**, que começou por dizer que, relativamente ao que o Presidente da Assembleia de Freguesia tinha acabado de dizer, que o espírito da sua intervenção foi dizer que era um elencar de assuntos curtos, muito curtos e portanto não atraía pessoas e que as pessoas sentiam-se afastadas não por isso, mas seguramente também por isso. Depois, no âmbito do que tinha sido esclarecido pelo executivo da junta de freguesia, referiu que estava a ver o seu colega Armando e relativamente às ervas queria dizer "garanto-vos que no tempo em que este homem estava no executivo as ervas não estavam neste estado" "quem está à frente da freguesia tem obrigação de ter respeito pelo estado em que as coisas estão, portanto se não têm mão-de-obra têm que falar a quem, têm que resolver o problema" o que não podiam dizer "um empregou-se outro arranjou emprego, portanto estou-me nas tintas" era aquilo que inferia do que tinha acabado de ouvir; sobre a casa dos cantoneiros disse que existia um processo no "interior do executivo" que esclarecia que a EP já não tinha nada a ver com aquela infraestrutura, que existia um resumo de todo aquele processo e que era o Tesouro que estava responsável pela mesma, que



quando o executivo que presidiu terminou o mandato, pensava, mas podia ser confirmado no processo, que a Câmara Municipal de Leiria estava a aferir os metros quadrados existindo levantamentos topográficos para isso, para que, junto do Tesouro, aquele imóvel viesse para a União das Freguesias, que o executivo tinha que esquecer a EP e que era "com o Tesouro que nos temos que amañhar"; sobre a afirmação do Presidente de Junta de Freguesia "temos que andar dez anos para trás para ver qual foi o último executivo que deu brinquedos", que tinha que haver coerência porque tinha sido dito na última Assembleia de Freguesia a razão porque se tinha optado por borriar o telhado da escola dos Olivais, "uma substituição de telhado que poderia e deveria ter sido feita e não foi e depois vamos dar brinquedos porque queremos ser simpáticos, ou seja, vamos fazer uma tarefa que não é nossa e deixamos aquelas que são efetivamente da nossa responsabilidade". Continuou, dizendo, que, de facto, tinha que andar dez anos para trás porque o que viram fazer de dois mil e cinco a dois mil e treze foi fazer escolas e infraestruturas físicas e que não foi dar brinquedos, que era uma opção que respeitava, mas que com a qual inteiramente discordava, reiterando que, na última assembleia, o executivo tinha dito que não substituíra o telhado por falta de dinheiro, mas que, no seu entender, não foi por falta de dinheiro mas por falta de capacidade ou porque não o quiseram fazer porque o dinheiro estava a ser gasto noutras coisas; sobre o loteamento da Fazarga e quando o secretário da junta diz "podem ficar com o meu compromisso" disse que não queria ficar com o compromisso, que quem precisava do compromisso era a freguesia e não ele.

Depois, usou da palavra o Senhor Manuel Gonçalves, **Secretário da Junta** de Freguesia para se dirigir ao membro Joaquim Pinheiro, e dizer que a União das Freguesias iria ser limpa, que a atividade se estava a desenrolar, devia estar já feita, mas a atividade não era para fazer numa semana, as ruas estavam a ser limpas e iriam ficar limpas, que noutros anos, em executivos anteriores, as ruas estavam a ser limpas neste período, que não se quer desculpar com as outras freguesias, mas pediu para as verem, enunciando Fátima, Arrabal, Caranguejeira, que também nessas freguesias esta atividade estava em curso, não viessem dizer que a atividade não estava a ser executada, terminando, dizendo, "deixem-nos trabalhar".

De seguida, usou da palavra o **Tesoureiro da Junta** de Freguesia, Senhor Sérgio Vieira para realçar que, sobre a limpeza da estrada que ligava o Arrabal à Loureira e da estrada da Quinta da Sardinha a Fátima, que era da incumbência da Câmara Municipal de Leiria, já tinham enviado vários e-mails para ser realizada a limpeza e que a mesma ainda não tinha sido feita.

Por não haver mais pedidos de intervenções o Presidente da Assembleia de Freguesia deu por encerrado o ponto dois da ordem do dia.

Perguntou, depois, se estavam presentes na sala representantes das associações da União das Freguesias que quisessem intervir, naquele período que lhes estava destinado, conforme estava previsto no Regimento.

Não havendo interessados, o Presidente da Assembleia de Freguesia passou para o ponto três da ordem do dia.



3. Proposta de Revisão Orçamental de 2016 – Aprovação nos termos da alínea a) do n.º 1 do artigo 9.º da Anexo I à Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro.

O **Presidente da Assembleia** deu a palavra ao executivo para fazer alguns esclarecimentos adicionais aos documentos que foram distribuídos.

Usou da palavra o **Tesoureiro da Junta** de Freguesia, Senhor Sérgio Vieira, para dizer que, relativamente à revisão orçamental da receita o valor era de setenta e cinco mil oitocentos e cinquenta e um euros e sete cêntimos, dos quais mil e dezanove euros referentes ao FFF e setenta e quatro mil euros, valor arredondado, devido à introdução do saldo da gerência anterior, valores que iriam ser aplicados entre outras, nas rubricas de Conservação de bens - Manutenção de caminhos, dois mil e quinhentos euros, comunicações – redes fixas e internet, mil euros, transportes, mil euros, Publicidade, mil euros, abertura de covatos, quatro mil e quinhentos euros, requalificação de baldios e outros espaços públicos, cinco mil euros, sinalização e transito, três mil euros, viadutos, arruamentos e obras complementares, cinquenta e sete mil euros, valor arredondado.

De seguida, o Presidente da Assembleia de Freguesia perguntou aos membros da assembleia se alguém queria intervir sobre o ponto em discussão.

Usou da palavra o membro **Joaquim Pinheiro**, que começou por dizer que o que estavam ali a fazer era reforçar o orçamento em setenta e cinco mil setecentos e cinquenta e um euros e sete cêntimos, daquele valor sessenta e quatro mil novecentos e cinquenta e um ponto zero sete iriam para um conjunto de duas rubricas chamadas diversos, quatro mil e quinhentos euros iriam para a aquisição de serviços-diversos, sessenta mil quatrocentos e cinquenta e um ponto zero sete iriam para construções – diversos, ou seja, o executivo não sabia ou não queria dizer onde tencionava gastar oitenta e cinco ponto sessenta e dois por cento do valor, pois não era dito que o dinheiro iria ser gasto na obra A ou na obra B, e que o que o executivo estava a pedir era para votar e aprovar um reforço de orçamento de setenta e cinco mil euros, para onde oitenta e cinco ponto sessenta e dois por cento do valor era para rubricas chamadas diversos, sabia-se que uma parte era para corrente outra para capital, mas ninguém sabia, em concreto, para onde iria a verba e, por isso, perguntou ao executivo se queria mais um cheque em branco como aconteceu nas contas ou se queria explicar onde iria gastar este dinheiro, disse que existia uma rubrica no valor de cinco mil euros para compra de terreno, pelo que perguntava que terreno estava subjacente aquela compra; referiu-se aos três mil euros que estavam a reforçar para sinalização e trânsito, para lembrar que a colocação de sinais era da responsabilidade de câmara municipal e carecia da autorização desta e que três mil euros era uma verba significativa para uma área que a câmara era chamada a responder por isso.

De seguida, o **Presidente da Assembleia**, no sentido de ir ao encontro da observação do membro Joaquim Pinheiro, e porque noutras ocasiões já o tinha feito, voltou a alertar executivo para o facto de a revisão do orçamento não vir acompanhada da revisão do plano plurianual de investimentos, porque a revisão orçamental, nomeadamente em despesas de capital pressupunham uma revisão do plano plurianual de investimentos, que o detalhe do plano plurianual de investimentos não era suficientemente detalhado para que possam saber quais eram as obras onde o executivo pretendia



investir, observação que já havia sido feita algumas vezes, continuou, dizendo, que no seu ponto de vista, o que ali estavam a falar era que, a par do pedido de revisão orçamental e sempre que existissem alterações das rubricas de capital, devia ser apresentado uma revisão do plano plurianual de investimentos porque "a parte despesa de capital está vertida na parte plano plurianual de investimentos".

Usou da palavra o **Tesoureiro da Junta** de Freguesia, Senhor Sérgio Vieira para responder às questões apresentadas. Começou por dizer que, relativamente aos cinco mil euros para aquisição de terrenos, tinham a escola da Loureira e não sabiam o que ia acontecer, "temos que cabimentar a despesa para uma situação destas, ou outra situação que possa surgir", quanto aos três mil euros destinados à sinalização de trânsito, confirmou que era competência da Câmara Municipal de Leiria, mas que tinham decidido cabimentar aquele valor para utilizar, caso fosse necessário colocar em local que não estivesse previsto, que já lhe tinha sido solicitado várias vezes a colocação de lombas na Chainça, que já tinham solicitado à câmara e que a resposta foi que tinha que ser a Junta de Freguesia a fazer.

De seguida, usou da palavra o **Presidente da Junta** de Freguesia, Sr. José Artur Ferreira para dizer que relativamente ao plano plurianual de investimentos, "o nosso auditor é assim que nos faz isto, portanto, se isto está mal feito, temos que mudar de auditor" é um técnico que tem várias freguesias em todo o País, que era ele que dizia que não tinha que ser feito a alteração do plano de investimentos, que já o tinha alertado, dizendo que fazia todo o sentido fazer a alteração do plano e que ele tinha respondido que não era preciso. Disse que foi o técnico que tinha feito a alteração com a garantia que fazia assim em centenas de freguesias e que, se fosse preciso, o ia convidar a estar presente na próxima assembleia para explicar este assunto aos presentes. O Presidente da Assembleia de Freguesia sugeriu que lhe fosse solicitado um parecer, por escrito, para saber onde se baseava para dizer que não era necessário proceder à revisão do plano plurianual de investimentos e que não precisava de vir, bastava escrever. Disse, ainda, que quando o membro Joaquim Pinheiro falava em cinco mil euros para a aquisição de terrenos, era, no seu entender, uma leitura errada, "quando olhamos para terrenos o Joaquim sabe muito bem que é uma conta de integração" e que, a seguir, tinha uma conta que era Requalificação de Baldios e Outros Espaços Públicos, que os cinco mil euros foram integrados na conta Terrenos, mas efetivamente estavam imputados à conta Requalificação Baldios e Outros Espaços Públicos, o que, à partida, não significava que fosse uma aquisição.

Depois, o membro **Joaquim Pinheiro** pediu para intervir para dizer que não eram os auditores que vinham dizer se se ia arranjar uma estrada no Vale Tação, no Vale Sumo ou no Sobral, que aquilo que tinha perguntado e o Presidente da Assembleia de Freguesia disse, no seu entender, bem, era que tinha que haver um suporte técnico às alterações orçamentais ao próprio orçamento em tudo o que era capital que era o chamado PPI, Plano Plurianual de Investimentos, que poderia passar para diversos anos o investimento, que tinha dado oportunidade ao executivo mas que não a tinha aproveitado, com pena dele, porque não sabia, quais eram as obras esquecendo a questão formal. Que era desconfortável dizer que era o técnico que vinha dizer quais eram as obras concretas e que



Ihe bastava uma intervenção verbal a dizer que iria gastar-se na obra A, B ou C, que não se tratavam de questões legais e formais e que o executivo lhe estava a dizer era, "faça favor de aprovar quase noventa por cento de setenta mil euros para gastarmos onde nós quisermos", que com o seu voto não contavam para isso, por uma questão de responsabilidade pública e seriedade intelectual e que o que existe era irresponsabilidade para não dizer falta de respeito pela assembleia.

Não havendo mais interessados em tomar a palavra, o Presidente da Assembleia colocou a votação a proposta de revisão orçamental de dois mil e dezasseis, tendo sido aprovada por **maioria**, com quatro abstenções.

De imediato, o Presidente da Assembleia de Freguesia deu por concluído o período da ordem do dia, e apesar de não ter inscrições para as intervenções do público, no período depois da ordem do dia, perguntou se algum dos presentes pretendia intervir, o que não se verificou.

Encerramento da Sessão

E não havendo mais assuntos a tratar, o Presidente da Assembleia de Freguesia agradeceu a presença de todos, desejou uma boas férias a quem iria de férias e marcou "encontro" para setembro, dando, de seguida, por encerrada a sessão eram 23:18 horas, para constar e para os devidos efeitos se lavrou a presente ata.

APROVAÇÃO DA ATA

De acordo com o disposto no n.º 2 do artigo 57.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, a Assembleia de Freguesia, na sessão ordinária de 29 de setembro de 2016, deliberou, por unanimidade, aprovar a ata.

O Presidente da Assembleia de Freguesia: _____

A 1.ª Secretária: _____

A 2.ª Secretária: _____